



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Trajano de Moraes
Poder Legislativo

ANEXO VII

- MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VII

TERMO DE MINUTA DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI A
CÂMARA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES
E _____**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES/RJ**, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Augusto Lengruber, s/n, Centro, na cidade de Trajano de Moraes/RJ, CNPJ nº 01.704.460/0001-63, neste ato representada pelo Presidente Sr. **ALEXANDRO VIEIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 108.817.31-3, inscrito no CPF sob o nº 104.230.627-35, residente e domiciliado na localidade de Barra dos Passos, no Município de Trajano de Moraes/RJ, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666/93 e demais correlatas, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Convite nº/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa habilitada para elaboração de projeto de engenharia/ arquitetura, que servirá de base para construção do prédio sede da câmara Municipal de Trajano de Moraes/RJ, cujas especificidades estão descritas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Convite, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, § 1º, da Lei n. 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de Trajano de Moraes, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Projeto atividade: 0100.0103.100052.001

Elemento de Despesa: 3393.3900

Fonte de recurso: 15000000

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1- O pagamento será efetuado conforme cronograma, devendo esse ser acompanhado da respectiva nota fiscal e/ou fatura devidamente certificada pelo responsável legal, juntamente com a apresentação das certidões negativas de INSS, Regularidade do FGTS e CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.1. Não será efetuado qualquer pagamento enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigação, em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual.

5.2. Não será efetuado qualquer pagamento enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigação, em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual.

5.3. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

5.4. Caberá a Câmara Municipal a averiguação da disponibilidade financeira para efetuar o pagamento.

5.5. A contratada, terá de apresentar a documentação para a cobrança respectiva.

5.6. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos direcionados a CÂMARA MUNICIPAL DE TRAJANO DE MORAES – CNPJ nº 01.704.460/0001-63, situada a Rua Augusto Lengruber, s/n, Centro, Trajano de Moraes RJ.

6. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

6.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

7. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução é indireto, nos termos do Inciso VIII do Art. 6º da Lei de Licitações, sendo a fiscalização do serviço deste termo, ficará a cargo do titular do setor de gestão municipal de convênios e contratos requisitante, que promoverá o acompanhamento da execução, bem como, a aceitação dos mesmos.

7.2. – A fiscalização da execução de todas as fases e etapas dos serviços se incumbirá através da Gestão Municipal de Convênios e Contratos sendo o fiscal de obra o Engenheiro Civil Aleir da Silva Muniz – Crea 2004103960, ficando responsável pelo teor, a qualidade dos materiais e o andamento de sua execução e fazer exigências, quando necessárias e como fiscal de contratos, o servidor Magno Dias Pinheiro, matrícula 149.

7.3. Em nível de acompanhamento, deverão ser procedidas reuniões periódicas na medida em que as necessidades do desenvolvimento dos trabalhos e ou entrega de bens assim exigirem.

7.4. O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, contados a partir da ordem de serviço emitida pela Câmara.

8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. Comunicar a administração todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução dos serviços;

8.2. Descrever sua proposta obedecendo às especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos integrantes, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo, sob pena de desclassificação da mesma, caso não o faça;

8.3. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato;

8.4. É de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas encargos trabalhistas, fiscais, comerciais, tributários e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços, respondendo pelos mesmos nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações;

8.5. Destacar, se assim desejar, na sua proposta e posteriormente na Nota/Documento Fiscal, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, se é ou não optante pelo Simples Nacional e em qual anexo a mesma se enquadra, para fins de aplicação de alíquota do ISS e IRRF prevista na Legislação Tributária Federal. Caso contrário, será atribuída a alíquota correspondente prevista no Código Tributário Municipal, assim como as alíquotas de 1% ou 1,5% a título de IRRF.

8.6. reunir-se ainda que por meio virtual todas as vezes em que solicitada pela contratante.

8.7. Apresentar o projeto nos exatos termos expostos em especial no termo de referência/projeto básico e memorial descritivo.

8.8. Possuir comprovação da qualificação técnica para a execução do objeto da licitação.

8.9. REALIZAR OS SEGUINTE SERVIÇOS TÉCNICOS:

8.10. Sondagem a percussão, em terreno comum, com ensaio de penetração, diâmetro de 3”, inclusive deslocamento dentro do canteiro e instalação da sonda em cada furo.

8.11. Executar 02 furos de sondagem a percussão com 15 metros cada.

8.12. Levantamento topográfico, planialtimétrico e cadastral de áreas de logradouros públicos, compreendendo nivelamento do eixo de logradouros, com cotas de tampões de poços de visita, cotas de soleiras de edificações e/ou terrenos, levantamento de posteação,

árvores, etc. Será executado levantamento topográfico, planialtimétrico e cadastral do terreno.

8.13. APRESENTAR OS SEGUINTE PROJETO E DA SEGUINTE FORMA:

8.14. Projeto executivo de arquitetura para prédios escolares e/ou administrativos de 501 até 3000m², considerando o projeto básico existente, apresentado em Autocad nos padrões da contratante, inclusive as legalizações pertinentes, coordenação e compatibilização com os projetos complementares. Será desenvolvido um projeto executivo de arquitetura com apresentação em Autocad.

8.15. Projeto estrutural básico para prédios escolares e administrativos de 501 até 3000m², apresentado em Autocad nos padrões da contratante. Será desenvolvido um projeto estrutural básico com apresentação em Autocad.

8.16. Projeto executivo de instalação hidráulica para prédios escolares e/ou administrativos de 501 a 3000m², inclusive projeto básico, apresentado em Autocad, inclusive as legalizações pertinentes. Será desenvolvido um projeto executivo de instalação hidráulica com apresentação em Autocad.

8.17. Projeto executivo de instalação de esgoto sanitário e águas pluviais para prédios escolares e/ou administrativos de 501 até 3000m², inclusive projeto básico, apresentado em Autocad, inclusive as legalizações pertinentes. Será desenvolvido um projeto executivo de instalação de esgoto sanitário e águas pluviais com apresentação em Autocad.

8.18. Projeto executivo de instalação elétrica para prédios escolares e/ou administrativos de 501 até 3000m², inclusive projeto básico, apresentado em Autocad, inclusive as legalizações pertinentes. Será desenvolvido um projeto executivo de instalação elétrica com apresentação em Autocad.

8.19. Projeto executivo de instalação de telemática para prédios escolares e/ou administrativos acima de 500m², inclusive projeto básico, apresentado em Autocad, inclusive as legalizações pertinentes. Será desenvolvido um projeto executivo de instalação telemática com apresentação em Autocad.

8.20. Projeto executivo de instalação de incêndio e SPDA, considerando projeto básico existente, para prédios escolares e/ou administrativos 501 até 3000m², apresentado

em Autocad, inclusive as legalizações pertinentes. Será desenvolvido um projeto executivo de instalação de incêndio e SPDA com apresentação em Autocad

8.21. Deverá ser apresentado na conclusão dos serviços, 02(duas) cópias de cada projeto impresso para aprovação e uma cópia em mídia.

8.22. Fica obrigada a contratada a ceder direitos autorais patrimoniais, conforme cópia do termo em anexo,(ANEXO VIII), ficando impossibilitada a contratação sem a assinatura do presente termo.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.3 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.2 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.2 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da Câmara Municipal, no prazo previsto na Lei nº 8.666/93.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.2 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o de Trajano de Moraes/RJ.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

....., de..... de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1- _____RG:_____

2- _____RG:_____
